

## Educação sob Bolsonaro: os desafios da comunidade acadêmica



Válter Campanato / Abr

Páginas 2 a 6

## Propostas em disputa em 2018 seguem em 2019

A retrospectiva da Aduff de 2018 e as perspectivas para 2019

A Aduff lançou o calendário de mesa de 2019, que traz a defesa da educação e das liberdades democráticas. Quem não recebê-lo, pode entrar em contato com a entidade pela secretaria ou pelo Aduffzap

Páginas 6 e 7



# Propostas de Bolsonaro se chocam com as pesquisas e com a lama na tragédia da Vale

Pesquisas de opinião mostram que a maioria da população discorda das propostas de Bolsonaro para a economia, para as liberdades democráticas e para a educação. Privatizações, redução de direitos previdenciários e trabalhistas, restrição das reservas ambientais e indígenas e censura nas escolas também são rejeitadas

Tragédia da Vale em Brumadinho (MG), provável maior acidente de trabalho da história, mata centenas e expõe, com lama e sangue, as propostas de flexibilizar ainda mais as políticas para o meio ambiente, para a mineração e para leis trabalhistas

Em Belém, no Pará, docentes de todo o país aprovam moção de repúdio à Vale e aos governos responsáveis pelo "crime humanitário e ambiental". O 38º Congresso do Andes-SN aposta na construção de uma frente de resistência e luta para defender a educação, os direitos sociais e as liberdades democráticas

Páginas 2, 7 e 10 e 12



Índio pataxó observa a lama que tomou conta do rio Paraopeba, em Brumadinho (MG): 'Nosso Rio está morto'



Professoras e professores no 38º Congresso do Andes-SN, em Belém (PA), que aprovou moção de repúdio ao crime cometido pela Vale

## EDITORIAL



## Ampliar nossas lutas e fortalecer a resistência em 2019

2019 se inicia e não há motivos para comemorar. Confirmando o que as e os docentes da UFF têm apontado nas assembleias, o governo Jair Bolsonaro não esperou nem um dia para iniciar seus ataques às liberdades democráticas e aos direitos sociais. Via decreto e nomeações, incrementou a militarização da educação; nomeou para estar à frente do Instituto Nacional de Educação de Surdos um candidato que não foi o mais votado na consulta realizada à comunidade do instituto; reduziu o valor previsto para o salário-mínimo; retirou a atribuição de demarcar terras indígenas da Funai, transferindo a responsabilidade para o Ministério da Agricultura; extinguiu o Ministério do Trabalho; entre tantos outros exemplos que poderiam ser citados.

Apesar de envolvidos em diferentes escândalos - de favorecimento de familiares, envolvimento com milicianos, corrupção etc. -, o presidente e seus aliados ainda contam com o apoio de parte significativa da população. Certamente, se aproveitarão disso para tentar aprovar o mais rápido possível a mais radical das contrarreformas da Previdência que este país já sofreu.

Diante do nível de aprofundamento da crise mundial, a sede do capital em busca das condições objetivas para a recuperação e equilíbrio de suas taxas de lucro só aumenta. E o alvo é, sem dúvida, a vida e o futuro das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros.

Ao olharmos a retrospectiva apre-

**Motivos para que professores e professoras vençam a sobrecarga de trabalho e a cultura individualista e isolacionista disseminada há anos nas universidades não faltam**

sentada nesta edição, percebemos que 2018 foi um ano de muitas lutas, das quais a Aduff participou ativamente. Contudo, é preciso incrementar muito a mobilização docente e o movimento sindical se quisermos ter alguma chance de manter conquistas tão duramente arrancadas em períodos pregressos.

Motivos para que professores e professoras vençam a sobrecarga de trabalho e a cultura individualista e isolacionista disseminada há anos nas universidades não faltam. Para além dos elencados no início deste editorial e da defesa da universidade pública e gratuita e da autonomia universitária e pedagógica, devemos lembrar que as e os servidores públicos são alvos prioritários daqueles que comandam o Planalto hoje. Nossos salários, cujos "aumentos" recentes só ocorreram diante de greves e que sequer repõem a inflação, podem ficar ainda menores se a contribuição para a Previdência passar de 11% para 14%. Há o risco real da

Retribuição por Titulação (RT) ser excluída da aposentadoria. Em tempos de garantias legais cada vez mais frágeis, não há a certeza de que mesmo quem já possui tempo de serviço para se aposentar esteja livre desta perda.

É preciso, portanto, fazer de nosso espaço de trabalho um lugar de debates e mobilizações, onde se encontrem todas e todos os que constroem a educação, para solidariamente unirmos nossas energias aos demais trabalhadores e trabalhadoras nos espaços públicos. Essa é a maneira que fomos ouvidos no passado e agora não será diferente.

No 38º Congresso do Andes-SN, ocorrido no final de janeiro, demos passos importantes na construção de um calendário de lutas em unidade com outras entidades e com movimentos sociais. Entre as datas a serem construídas, destacam-se num horizonte próximo a Greve Internacional de Mulheres - 8M e o 14 de março, quando o assassinato político de Marielle e Anderson completa um ano sem que aqueles que mataram e que mandaram matar tenham sido julgados e punidos.

Em um momento de aumento de feminicídios, que resultou em mais de 100 mulheres mortas apenas em janeiro de 2019, e de gravíssimos ataques à classe trabalhadora, as duas datas se tornam emblemáticas da dureza das lutas que precisaremos travar, mas também da necessidade das nossas lutas e da importância da participação de cada docente para o êxito das mesmas.

ADUFFZAP

21 97276-2018

Docentes da UFF podem se cadastrar no serviço, enviando mensagem para o número (21) 97276-2018. Por meio de listas de transmissão, o docente receberá boletim semanal com informações de interesse da categoria, o que inclui comunicados de atividades e sobre ações jurídicas.



### App Aduff

Aduff lança aplicativo gratuito próprio, desenvolvido especialmente para a seção sindical dos docentes da UFF. O serviço já está em funcionamento e terá acompanhamento da carreira docente, notícias, comunicados, agenda e calendários acadêmicos e chat para falar com a seção sindical.



Escreva para [cadastro@aduff.org.br](mailto:cadastro@aduff.org.br) e peça a inclusão do seu endereço eletrônico em nossa mala direta. Receba o Boletim da Aduff por e-mail com notícias e outras informações relevantes.

### PLANTÃO JURÍDICO SEDE

Plantão Jurídico na sede - O Plantão Jurídico na sede da Aduff, em Niterói, acontece todas as sextas-feiras, quando os professores de Niterói e dos *campi* nos demais municípios podem buscar assessoria ou solicitar o ingresso de ações. O atendimento ocorre no período de 9h às 13h, por ordem de chegada.

### PLANTÃO JURÍDICO ITINERANTE

O plantão jurídico itinerante acontece, conforme a demanda dos filiados, em todas as cidades em que a UFF possui *campi*. A data das visitas da equipe jurídica do sindicato são divulgadas com antecedência pelos meios de comunicação da Aduff - em especial o AduffZap.

Associação dos Docentes da UFF

# ADUFF SSind

Seção Sindical do Andes-SN  
Filiado à CSP/Conlutas

Janeiro / 2019

Biênio 2018/2020

Gestão: ADUFF Autônoma,  
Democrática e de Luta

**Presidente:** Marina Cavalcanti Tedesco • **1º Vice-Presidente:** Waldyr Lins de Castro • **2º Vice-Presidente:** Carlos Augusto Aguilar Junior • **Secretária-Geral:** Adriana Machado Penna • **1º Secretário:** Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedrosa • **1º Tesoureiro:** Bianca Novaes de Mello • **2º Tesoureiro:** Edson Benigno da Motta Barros • **Diretoria de Comunicação (Tit):** Reginaldo Scheuermann Costa • **Diretoria de Comunicação (Supl):** Wilma Lucia Rodrigues Pessôa • **Diretoria Política Sindical (Tit):** Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa • **Diretoria Política Sindical (Supl):** Claudio Fernandes da Costa • **Diretoria Cultural (Tit):** Jairo Paes Selles • **Diretoria Cultural (Supl):** Ana Claudia Cruz da Silva • **Diretoria Acadêmica (Tit):** Douglas Guimarães Leite • **Diretoria Acadêmica (Supl):** Jacira Maria Machado de Oliveira

**Editor**  
Hélio L. Filho

**Jornalistas**  
Aline Pereira  
Lara Abib

**Revisão:**  
Renake das Neves

**Projeto gráfico e diagramação**  
Gilson Castro

**Imprensa**  
[imprensa.aduff@gmail.com](mailto:imprensa.aduff@gmail.com)

**Secretaria**  
[aduff@aduff.org.br](mailto:aduff@aduff.org.br)

**Sítio eletrônico**  
[www.aduff.org.br](http://www.aduff.org.br)

**Facebook**  
[facebook.com/aduff.ssind](https://facebook.com/aduff.ssind)

**Twitter**  
[twitter.com/aduff\\_ssind](https://twitter.com/aduff_ssind)

**Impressão**  
Gráfica O Globo - 10 mil exemplares

## Governo atua contra direito de escolher reitores na educação federal

No apagar das luzes, Temer muda critérios para escolha de reitores com nota técnica do MEC; Bolsonaro já desrespeita eleições

Lara Abib  
Da Redação da Aduff

Entre as mudanças está a exclusão da possibilidade do candidato derrotado retirar seu nome da lista após a votação e da escolha de reitores ser feita de maneira paritária. A Nota Técnica nº 400, publicada em 17 de dezembro de 2018, substitui a 437, de 2011, que possibilitava as consultas informais à comunidade acadêmica sobre o pleito.

Para o presidente do Andes-SN, Antonio Gonçalves, a mudança imposta pelo MEC é um ataque à autonomia universitária e a democracia interna. “A luta era para superar a lista triplíce e, agora, estamos vivendo um retrocesso com a nota técnica do Temer. Essa nota vem para cercar o mínimo de democracia que tínhamos. O Sindicato Nacional defende a eleição direta dentro da universidade com o voto pa-

ritário ou universal, conforme a autonomia de cada instituição”, pontua.

### Ines: eleição desrespeitada

No início deste ano, o governo Bolsonaro já mostrou sua disposição de se valer da nota técnica publicada no apagar das luzes por Temer para ignorar a decisão da comunidade acadêmica. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, desconsiderou o resultado da eleição para a direção do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), no Rio de Janeiro, e nomeou para ocupar o cargo o segundo colocado na disputa e na lista triplíce enviada pelo conselho da instituição ao ministério.

A nomeação do professor Paulo André Martins de Bulhões foi publicada no Diário Oficial no dia 16 de janeiro e foi recebida com surpresa pelo



Ato na Faculdade de Direito, em outubro: defesa da democracia e da autonomia

Instituto e pela docente mais votada nas eleições internas, a professora Solange Rocha.

A eleição para a direção do Ines envolveu técnicos, docentes e estudantes. Quatro chapas disputaram o pleito, sendo que três delas assinaram compromisso de respeitar o resultado e não aceitar eventuais nome-

ações que não sejam a do vencedor. Paulo Bulhões está entre os que assinaram o compromisso, articulado pelo sindicato dos servidores.

Em nota, a diretoria da Aduff repudiou a atitude do novo governo, que classificou de “extremamente antidemocrática”. “A história da Aduff-SSind é indis-

sociável das lutas pela conquista e defesa das liberdades democráticas, e pelo fim da lista triplíce (uma das pautas da greve de 2015, infelizmente não atendida). Em tempos tão difíceis, reforçamos nossos compromissos com tais valores e nos solidarizamos com as e os companheiros do Ines!”, destaca a nota.

## “Projeto de Bolsonaro para a Educação vê a universidade como algo a ser extinto no Brasil”

Avaliação é de Mariana Trotta, professora da Faculdade Nacional de Direito/UFRJ e integrante da diretoria do Andes-SN

Lara Abib  
Da Redação da Aduff

“Na parte minúscula do programa de governo de Jair Bolsonaro para a Educação, apresentada ao país durante as eleições, o presidente afirma existir uma pirâmide invertida no Brasil e responsabiliza a Educação Superior – que receberia a maior parte dos recursos – pela falta de recursos na Educação Básica, afirmando que isso precisa ser revertido. No programa, quando se pensa a universidade, pensa-se apenas os segmentos da Ciência e Tecnologia, que seriam o mínimo a ser mantido. O resto da universidade é vista como um grande inimigo, que deve ser combatido através da luta contra a doutrinação ideológica”, reflete a professora de Direito e integrante da diretoria nacional do Andes-SN, Mariana Trotta.

Mariana cita os documentos da Frente Parlamentar Evangélica e as diretrizes do

programa do Banco Mundial para a Educação Superior Brasileira como influências do programa de Bolsonaro para a Educação. “A Frente Parlamentar Evangélica, base de apoio de Bolsonaro, lista como um dos seus grandes objetivos, além dessa política ultraliberal para a educação superior, com a defesa das privatizações e da educação à distância, o combate à doutrinação ideológica, tanto na educação básica como na superior”, destaca.

Para a docente, que participou da roda de conversa da Aduff-SSind, organizada em conjunto com o Sintuff e o DCE, no final de dezembro, o Brasil está vivendo um novo ciclo da conjuntura, que inicia-se no processo de impeachment de Dilma Rousseff e se agrava com a eleição de Bolsonaro. A criminalização das lutas pela efetivação de direitos previstos na Constituição de 1988, o desmonte das liberdades democráticas e as restrições



Mariana Trotta, que participou de atividade promovida pela Aduff em dezembro

à liberdade de expressão e de organização seriam características desse período.

“Esse cenário é diferente do que a gente vinha vivendo até aqui, que veio de um agravamento de um processo já em curso, e isso vai nos impor tarefas e desafios ain-

da mais difíceis. É um governo eleito a partir de um programa da extrema-direita e com traços fascistas. Desde o período pré-eleitoral observamos a intensificação das perseguições nas universidades. Além da ameaça à liberdade de cátedra e auto-

nomia universitária, garantidas pela Constituição e fruto das lutas pela redemocratização em 1988, vemos também a ampliação da restrição da organização sindical, estudantil e da liberdade de expressão nas universidades”, finaliza.

# Um defensor da ditadura no MEC

Aduff reafirma a construção da resistência a projeto que nada tem de neutro: é ideológico, autoritário, pró-mercado da educação e põe em risco a universidade pública

O presidente Jair Bolsonaro na nomeação do novo ministro da Educação



Valter Campanato / ABR

Pela primeira vez desde a redemocratização do país, o Ministério da Educação tem como ministro alguém que defende publicamente a ditadura empresarial-militar que governou o Brasil de 1964 a 1985, período em que ocorreram expurgos, prisões, torturas e mortes de estudantes, técnicos e professores em universidades e escolas.

Os elogios à ditadura, que já constavam em textos seus, foram reiterados por Ricardo Vélez Rodríguez na posse do novo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Marcus Vinícius Rodrigues. "Os militares não caíram de Marte: eles foram chamados pela sociedade brasileira para corrigirem, como uma espécie de poder moderador, os rumos enviesados pelos que tinham enveredado a República", disse o ministro.

Colombiano naturalizado brasileiro em 1997, adepto do movimento "Escola Sem Partido" e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Vélez montou um ministério com um perfil ultraconservador, pró-mercado da educação e com forte presença de militares na sua estrutura. A chefia de gabinete do Inep, por exemplo, ficou a cargo do general Francisco Mamede de Brito Filho, que já atuou como chefe do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste e comandou a Força de Pacificação do Complexo da Maré.

O ministro terá como assessor especial o coronel Robson Santos da Silva, que, além de militar, é ligado aos setores que comercializam o ensino a distância: ele é ex-diretor da Associação Brasileira de EaD. Já a direção de política regulatória da Secretaria de Regulação

e Supervisão da Educação Superior (Seres) ficará com o tenente-coronel Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior. Para a presidência da Ebserh, detentora da gestão de 40 hospitais universitários, também é cotado um militar: o general Oswaldo de Jesus Ferreira.

Professor e filósofo indicado pelo escritor ultraconservador Olavo de Carvalho, o ministro assumiu o cargo falando em combater o "marxismo cultural", ao qual atribuiu a "agressiva promoção da ideologia de gênero". Na posterior cerimônia no Inep, o novo presidente do instituto responsável pelo Enem disse que a elaboração das provas deste exame nacional, que dá acesso às universidades federais, passará por uma revisão dele próprio e talvez do presidente Jair Bolsonaro.

Vélez nomeou para três secretarias do MEC ex-alunos seus, orientados em pós-gra-

duação em ciência da religião e que não têm experiência ou formação em gestão: Marco Antônio Barroso Faria, na Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior); Alexandre Ferreira de Souza, na Setec (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica); e Bernardo Goytazes de Araújo, na Secretaria de Modalidades Especializadas. Esta última foi criada para substituir a Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), num esvaziamento evidente das temáticas ligadas às questões de diversidade, direitos humanos e educação étnico-raciais.

## 'Não há neutralidade'

O perfil do ministério não chega a surpreender, mas preocupa o movimento docente que defende a universidade pública, gratuita e laica.

"Um dos pilares da campanha do atual presidente era varrer a ideologia e tomar decisões que não fossem supostamente baseadas em política, e sim na técnica. Entretanto, a própria composição ministerial de Bolsonaro já indica que essa promessa era falsa", disse a professora Marina Tedesco, presidente da Aduff-SSind.

"O governo mostra que não tem nada de técnico ou neutro; as escolhas são políticas e ideológicas, impondo um tipo de visão contrária à concepção de Educação plural que defendemos – que desenvolve o senso crítico, o respeito à diferença e à diversidade", prossegue. A presidente da Aduff defende a mobilização da categoria para enfrentar as ameaças que pairam sobre as universidades e as escolas públicas. "Eles vão tentar impor, na prática, um projeto excludente para a Educação. Mas vamos resistir", concluiu.

## Decreto prevê implantação de modelo "cívico-militar" em escolas do país

Lara Abib  
Da Redação da Aduff

O Decreto 9465 foi assinado no segundo dia de governo de Jair Bolsonaro. O documento altera a estrutura do Ministério da Educação (MEC) com o intuito de implementar um

modelo de educação "cívico-militar" no país, criando a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, vinculada à Secretaria de Educação Básica. Entre os objetivos da nova subsecretaria constam "criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didáti-

co-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens."

O decreto estabelece a possibilidade de o Governo promover parcerias com instituições civis, baseadas "no alto desempenho de co-

légios militares" em avaliações nacionais, com objetivo de expandir o modelo no Ensino Fundamental e Médio. Entretanto, no ranking das 10 melhores instituições públicas do país, de acordo com o resultado do Enem em 2017, sete são federais, entre colégios de aplicação

das universidades federais e campi dos Institutos Federais e Cefet. Na lista, aparece apenas um colégio militar: o de Belo Horizonte (MG), em 7º lugar. Há ainda duas escolas públicas estaduais entre as mais bem colocadas no Exame.

## Aduff divulga balancetes de agosto e setembro de 2018

A diretoria da Aduff-SSind divulga, nesta edição, os balancetes referentes aos meses de agosto e setembro de 2018, como parte da política de transparência na gestão da entidade.

Balancete de agosto de 2018	
Contribuição de Associados	344.322,08
<b>Receita Operacional</b>	<b>344.322,08</b>
Receita Financeira	16,96
Resgate	
Saldo bancário anterior	19.395,61
Devoluções	4.690,00
Saldo caixinha anterior	364,99
<b>RECEITAS</b>	<b>368.789,64</b>
Ordenados	57.556,56
13º Salário	
INSS	30.502,55
FGTS	12.634,48
Vale-transporte	3.118,85
Férias	0,00
Assistência médica	12.324,91
Contribuição sindical	316,02
Uniforme	99,80
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>114.594,03</b>
Despesas tributárias ( IRF, PIS etc. )	8.668,86
Despesas bancárias	771,70
Honorários advogado	12.500,00
Honorários contador	973,08
Outros prestadores de serviço por PF	2.910,00
Despesas com veículo	717,48
Despesas de cartório	0,00
Material de escritório	1.189,19
Telefone, água, luz, internet	3.896,76
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficos etc.)	27.602,53
Correios	128,80
Material de consumo copa/cozinha	640,64
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc.)	10.367,31
AG descentralizada / Sindicato itinerante	5.192,00
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	1.504,39
Participação da Aduff em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens etc.)	27.680,23
Ciencia na Praça	556,13
<b>Outras Despesas</b>	<b>105.299,10</b>
Andes-SN	68.864,42
Fundo Único Andes-SN	5.509,15
Doações a entidades e movimentos sociais	33.864,69
CSP-Conlutas	13.497,43
Repassa a entidades	121.735,69
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>343.587,96</b>
<b>Disponibilidades</b>	
Saldo de caixinha	609,14
Saldo em Conta Corrente de movimento	24.592,54
Saldo aplicado	794.788,83
Saldo em Conta Corrente conta Greve	0,00
Saldo aplicado	608.296,76
Saldo em Conta Corrente conta FGTS /Obra	0,00
Saldo aplicado	213.588,21

Balancete de setembro de 2018	
Contribuição de Associados	358.098,14
<b>Receita Operacional</b>	<b>358.098,14</b>
Receita Financeira	21,90
Resgate	78.531,20
Saldo bancário anterior	24.592,54
Devoluções	219,00
Saldo caixinha anterior	609,14
<b>RECEITAS</b>	<b>462.071,92</b>
Ordenados	69.918,15
13º Salário	
INSS	27.938,63
FGTS	5.734,46
Vale-transporte	4.762,98
Férias	
Assistência médica	8.147,15
Contribuição sindical	58,14
Uniforme	
<b>Despesas com pessoal</b>	<b>116.559,51</b>
Despesas tributárias ( IRF, PIS etc. )	7.810,80
Despesas bancárias	771,70
Honorários advogado	
Honorários contador	992,54
Outros prestadores de serviço por PF	684,47
Despesas com veículo	400,00
Despesas de cartório	
Material de escritório	134,00
Telefone, água, luz, internet	2.698,26
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficos etc.)	23.097,58
Correios	
Material de consumo copa/cozinha	750,07
Desp.com material permanente (imóvel, computadores, ar, telefonia etc.)	7.506,98
AG descentralizada / Sindicato itinerante	6.094,25
Reuniões e eventos promovidos pela Aduff	2.415,62
Participação da Aduff em reuniões da Andes, SPF (diárias, passagens, etc.)	41.594,53
Ciencia na Praça	1.300,00
Recepção Novos Professores	5.500,00
<b>Outras Despesas</b>	<b>101.750,80</b>
Andes-SN	71.619,63
Fundo Único Andes-SN	5.729,57
Doações a Entidades e Movimentos Sociais	10.964,50
CSP-Conlutas	14.037,45
Repassa a entidades	102.351,15
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>320.661,46</b>
<b>Disponibilidades</b>	
Saldo de caixinha	517,39
Saldo em Conta Corrente de movimento	140.893,07
Saldo aplicado	719.386,45
Saldo em Conta Corrente conta Greve	0,00
Saldo aplicado	608.296,76
Saldo em Conta Corrente conta FGTS /Obra	0,00
Saldo aplicado	214.381,85

## Um ano com pautas ainda em disputa...

Pautas que marcaram o ano de 2018 – como a defesa das liberdades democráticas, dos direitos sociais e trabalhistas e da educação – seguem em disputa em 2019

O ano de 2018 foi de muitos embates para os movimentos sindicais e sociais. Foi um ano difícil. A morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes – assassinatos até agora não esclarecidos, mas com indícios de envolvimento de grupos políticos de direita – foi um duro e doloroso golpe.

Com ataques explícitos à educação e aos direitos

sociais e trabalhistas, o governo e a elite econômica tentam ampliar o nível de exploração dos que trabalham e limitar o acesso aos serviços públicos.

As universidades públicas tornaram-se, não por acaso, um dos alvos preferidos da extrema-direita: tenta-se enfraquecer um dos polos de resistência ao fascismo e a projetos que eliminam direitos.

Não conseguiram, porém, calar as comunidades

universitárias, tampouco as ruas, como mostra essa resumida retrospectiva de 2018. Não foi um ano de vitórias, mas de resistência. Sem ela, não se teria detido, até aqui, a reforma da Previdência, ou arrancado do nada confiável STF uma decisão favorável às liberdades democráticas. As pautas e bandeiras que levaram a universidade às ruas em 2018 seguem em disputa: em 2019, vai ter luta.

### Janeiro

Janeiro é o mês do congresso do Andes-SN, que reúne docentes de todas as regiões do país. Professores da UFF, eleitos na assembleia convocada pela Aduff, participam do 37º Congresso, em Salvador (BA): busca da unidade com todos os setores dispostos a derrotar as contrarreformas neoliberais do governo.

- Aduff lança o Aduffzap, novo serviço de notícias e comunicados.
- A Reitoria da UFF, pressionada pela



comunidade acadêmica, recua e pede à Justiça que cancele o acordo que abria mão da disputa do Morro do Gragoatá.

### Fevereiro

Intervenção federal militarizada no Rio. Sindicatos e movimentos sociais rejeitam a medida: ameaça às vidas nas favelas. O governo Temer anuncia, no dia 20, que a reforma da Previdência (PEC 287) foi retirada de pauta porque a Constituição proíbe emendas constitucionais durante intervenções. Por trás do motivo legal, Temer não tem mais como aprová-la. Manifestantes na av. Rio Branco, no mesmo dia, em ato contra a reforma e a intervenção, recebem a notícia como vitória da campanha em defesa da Previdência, da qual a Aduff participa.



Luiz Fernando Nabuco

### Março

Mês das mulheres – que ocupam a av. Rio Branco no 8 de março. Defendem as pautas específicas e direitos ameaçados. Professoras da UFF e a Aduff participam. A vereadora Marielle Franco, do Psol, estava lá. Seis dias depois, em 14 de março, é assassinada com nove tiros quando se deslocava de carro para casa, na Tijuca, junto com o motorista Anderson Gomes. O crime choca o Rio, o país e repercute no mundo. No dia seguinte, milhares se manifestam, ao longo de 12 horas, no Centro do Rio. O corpo de Marielle é velado na Câmara. É um atentado bárbaro contra as liberdades democráticas.



Cleber Felix

- Professores da UFF oferecem cursos sobre o Golpe de 2016.
- Criada a Frente Estadual Contra a Intervenção Militar, da qual a Aduff e o Andes participam.
- Aduff promove debate sobre a precarização do trabalho docente.
- No Coluni, a Aduff felicita os estudantes pela fundação do grêmio.

### Abril

O 2º Encontro dos Docentes da UFF reúne professores em Teresópolis por três dias para pensar o sindicato e a universidade. É parte do movimento de inserção sindical na multicampia. Neste sentido, a Aduff lança os Plantões Jurídicos nos campi fora da sede e prossegue com as assembleias descentralizadas.



- Nota da Aduff critica a pressão sobre o STF e a falta de imparcialidade no julgamento de Lula.
- A Aduff recebe os três candidatos à eleição para Reitoria da UFF e apresenta carta com propostas.

### Maio

Mês da greve dos caminhoneiros e do Dia Internacional dos Trabalhadores. Em meio à ameaça de retrocessos, a Aduff lança o livro "Atitudes de Rebelia", minuciosa pesquisa sobre os professores e a universidade na resistência à ditadura empresarial militar de 1964 a 1985. Lembrar o passado para não permitir que as atrocidades se repitam.



Luiz Fernando Nabuco

- No Gragoatá, promove, com a Ciência Política da UFF, aula-ato com os professores Luís Miguel (UnB) e Carlos Zacarias (UFBA): o Golpe de 2016 e a democracia.

- A Chapa 1 "Andes Autônomo e de Luta" vence as eleições para o Andes - Sindicato Nacional. Aduff participa de ato no Rio em apoio às greves de caminhoneiros e petroleiros.
- Energia solar: 56 placas fotovoltaicas são instaladas na sede da Aduff, o que assegura até 80% das necessidades da entidade.

### Junho

Os docentes elegem a nova diretoria da Aduff, com a professora Marina Tedesco presidente (Chapa 1 – Aduff Autônoma, Democrática e de Luta). No Ceará, a leitura da Carta de Fortaleza conclui o 63º Conad: "O Andes-SN sai mais fortalecido enquanto entidade classista e legítima representante das professoras e professores do ensino superior público", diz a carta, que destaca as lutas contra as contrarreformas e termina com o poeta cearense Patativa do Assaré: "Eu sou de uma terra em que o povo padece, mas não esmorece e procura vencer. Marielle, presente!".



Luiz Fernando Nabuco

- Aduff lança aplicativo (APP Aduff); e nova cartilha 'Plano de Carreiras'.
- Festa dos 40 anos da Aduff no Clube Português, com homenagem a todos que foram diretores ou conselheiros e apresentação do projeto "Memória da Aduff".
- Servidores escrevem, com velas, 'data-base' nos gramados do STF, no ato pela revogação da EC 95. Aduff participa.
- Mulheres protestam nas ruas do Rio: apoio à luta das argentinas pela legalização do aborto.
- Assembleia descentralizada convocada pela nova diretoria pela 1ª vez tem todas as etapas no mesmo dia.

## Julho

Cortes orçamentários e campanhas reacionárias atingem a pesquisa e a educação pública. A Aduff participa do 'Domingo na Quinta', em frente ao Museu Nacional, nos 70 anos da SBPC. Pouco depois, faz o "Ciência na Praça", divulgação científica com críticas aos cortes no setor - 20 experimentos interativos são expostos em frente às Barcas, em Niterói.



Luiz Fernando Nabuco

- O Andes e a Aduff se solidarizam com a professora Débora Diniz, da UnB, que deixou o país devido a ameaças.
- Mobilizações no Congresso: item que proibia reajustes a servidores é excluído da LDO.
- No Rio, ato lota o Salão Nobre do Ifcs em apoio aos 23 ativistas condenados após os protestos em 2013 e 2014.

## Agosto

Capes alerta para enorme redução de bolsas caso não sejam revistos cortes no orçamento. A repercussão e reação impedem o desastre. Aduff participa de ato na Cinelândia contra os cortes. Outras atividades, como o dia do 'Basta', atos em Campos pelos 25 anos da Uenf e assembleia descentralizada docente, tratam do problema e defendem a revogação da EC 95 - também abordada no seminário 'O Serviço Público que Queremos', em Brasília, do qual a Aduff participa.



Luiz Fernando Nabuco

- Audiência no STF, com grande repercussão, sobre a ação pela legalização do aborto (ADPF 442); mais atos no Brasil apoiam a luta das mulheres argentinas.
- STF decide contra trabalhadores, a favor da terceirização sem limites.
- Aduff vai às atividades de acolhimento da Reitoria dar boas-vindas e apresentar o sindicato a novos docentes (foto).

## Setembro

Incêndio no Museu Nacional nos seus 200 anos: no mesmo dia, milhares protestam na Cinelândia e denunciam a política criminosa de cortes nos orçamentos da educação. Ainda em setembro, as mulheres voltam a liderar as ruas: dezenas de milhares protestam contra Bolsonaro e os retrocessos.



Samuel Tosta

- Aduff dá boas-vindas a novos docentes: debate e confraternização na sede.
- BNCC: debate no Gragoatá com os professores Marcos Barreto e Fernando Penna.
- 'Educação Pública e Pós-Graduação': debate com Eduardo Pinto (UFSCar) e Lalo Watanabe Minto (Unicamp); e Emerson Duarte Monte (Uepa e Andes-SN) e a pedagoga Simone Silva (Nubea/UFRJ).

- Atividade na UFF Angra: 'Universidade e Ditadura, Passado e Presente' reúne cerca de 200 pessoas, com Virgínia Fontes, Demian Melo e Rafael Vieira.
- Aduff vai ao ato pela data-base e revogação da EC 95, no Planejamento e no STF, em Brasília, na posse de Dias Toffoli.
- Aduff repudia ação do TRE na UFF em Campos, que intimou o diretor a proibir atividades políticas.

## Outubro

No mês em que a Aduff completa 40 anos, as universidades são alvos de investidas reacionárias: num só dia, 20 campi no país são invadidos por fiscais do TRE e PMs para impedir debates e assembleias. Na Faculdade de Direito da UFF, faixa contra o fascismo torna-se símbolo da resistência. Assembleias descentralizadas da Aduff, em dois momentos, apontam a construção da unidade. Plenárias reúnem estudantes, técnicos e docentes: forma-se a Frente Antifascista na UFF. No último dia do mês, em ação com o Andes-SN como *amicus curiae*, o STF confirma decisão que proíbe as ações do TRE e da PM nos campi.



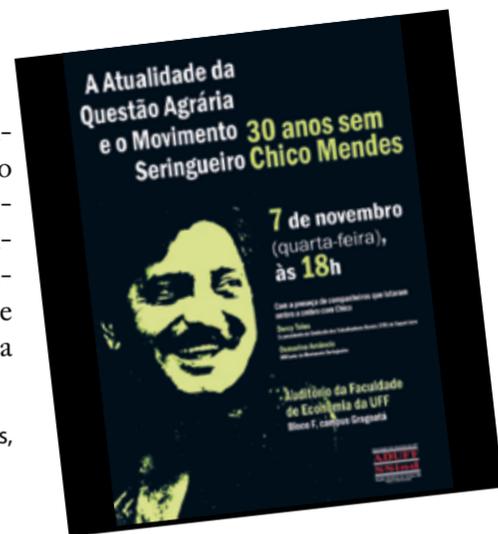
Zulimar Rocha

- Aduff realiza série de atividades sobre a conjuntura conservadora em Niterói, Pádua, Friburgo, Campos, Rio das Ostras e Volta Redonda.
- Outra vez, as mulheres levam milhares às ruas contra a candidatura de extrema-direita.
- Aduff faz 40 anos no dia 10 de outubro: comemoração na sede tem música, exposição de fotos e cabine fotográfica com a marca dos 40 anos.
- A Aduff recebe o Encontro do Andes-SN sobre Carreira EBTT, no Coluni.

## Novembro

A Aduff lança a campanha permanente "Quem Tem Sindicato Não Está Sozinho", para combater assédio, perseguição ou violência a docentes. No fim do mês, a partir da Frente Antifascista, ocorre a I Mostra de Cultura e Arte pela Democracia na UFF Niterói.

- Assembleia descentralizada, em 7 cidades, articula a defesa de direitos ameaçados.
- A Aduff lembra os 30 anos da morte do líder seringueiro Chico Mendes com conversa com Dercy Teles e Osmarino Amâncio, que militaram com ele.
- Defesa do Huap: Aduff participa da audiência pública; rescisão do contrato com a Ebserh voltou a ser defendida.



- O professor Antonio Claudio é nomeado reitor da UFF. A Aduff defendeu o respeito à eleição e reiterou a posição contrária à lista tríplice.

## Dezembro

A defesa da educação pública, democrática, gratuita e laica marca as atividades de dezembro, que também teve a posse complementar de conselheiros eleitos. Em Brasília, a Frente Nacional Escola Sem Mordada é relançada. O projeto Escola Sem Partido (PL 7180/14) é arquivado sem ser votado na comissão especial, graças à atuação dos movimentos contrários e da oposição. Plenária, na Aduff, cria a 'Frente em Defesa da Educação Pública, Gratuita, Inclusiva e Democrática em Niterói'. Enfim, os professores confraternizaram nas festas da Aduff em Niterói, Rio das Ostras e Campos.



Ana Balarin

- Educação: "Como conversar sobre o Escola Sem Partido com a Sociedade", debate com Fernando Penna e Diogo Salles; "Liberdades democráticas e a defesa da educação pública no novo governo", com a professora Mariana Trotta (FND/UFRJ e Andes-SN) e o estudante Bruno (DCE);
- "Os ataques à Educação Pública e a reafirmação do projeto classista": atividade preparatória para o III ENE, com Gaudêncio Frigotto e Rafael Vieira, na Aduff.
- Homenagem: em Volta Redonda, homenagens póstumas a Marielle Franco e Mestre Moa.

## Congresso nacional da categoria define diretrizes para atuação em 2019

O 38º Congresso do Andes-SN, o sindicato nacional dos docentes, traçou em seis dias de debates, reuniões e plenárias as diretrizes que devem nortear a atuação sindical da categoria em 2019. Professores de todo o país participaram da atividade, de 28 de janeiro a 2 de fevereiro, em Belém, no Pará. A Aduff levou uma delegação de 12 delegados e 10 observadores, eleitos em assembleia.

Já no primeiro dia, foi aprovado o texto que resume a centralidade da luta neste ano: "Atuar buscando maior mobilização da base, pela construção de uma ampla unidade para combater a contrarreforma da previdência, as privatizações e revogar a EC 95. Defender a livre expressão, organização e manifestação, enfrentando as medidas antidemocráticas de extrema-direita: defender os direitos fundamentais das trabalhadoras e trabalhadores; os os serviços e as servidoras

e servidoras públicas (os), bem como o financiamento público para Educação, Pesquisa e Saúde Públicas. Para tanto, empenhar-se na construção de uma Frente Nacional Unitária, como espaço de aglutinação para essa luta, contribuindo assim para avançar na organização da classe trabalhadora".

A presidente da Aduff-SSind, Marina Tedesco, destaca que o texto da centralidade da luta ficou maior do que o costume para incorporar as contribuições de diferentes grupos de docentes. "Foi um esforço da diretoria do Andes-SN e dos docentes presentes no Congresso para começar a construir a unidade já no texto de centralidade de luta. A aprovação de um texto consolidado mostra maturidade e indica que é possível um plano de lutas que seja ferramenta para os enfrentamentos que serão necessários em 2019", disse.

(Os debates e resoluções do 38º Congresso do Andes-SN podem ser acessados em [www.aduff.org.br](http://www.aduff.org.br))

## 'Resistir e ganhar a população para defesa da universidade e da pesquisa'

*Diante de uma conjuntura que aponta para o desmonte dos serviços e da educação pública, da vigência da Emenda Constitucional 95, da deterioração das condições para a realização de pesquisa e pós-graduação no Brasil, em meio à aplicação do Novo Marco Tecnológico, a pedagoga e pesquisadora Simone Silva, coordenadora de Extensão do Nubea (Núcleo de Bioética e Ética Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro), traça um panorama do financiamento público para pesquisa e pós no país.*

### Regulamentação da pós-graduação

No Brasil, a pesquisa em ciência e tecnologia passa fundamentalmente pelos programas de pós-graduação das universidades. A regulamentação da pós e a organização dos recursos, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Finep, durante o governo empresarial-militar, atendiam às demandas criadas pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, elaborados pelo governo por meio dos Planos Brasileiros de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e pela adequação a eles também do Plano Nacional de Pós-Graduação. Foram estes investimentos, a partir de uma heteronomia fortíssima, a base da constituição de um robusto parque de pesquisa nos programas de pós-graduação no país. Neste período, os centros de pesquisas das estatais também cumpriam papel importante. Pode-se verificar que já não há investimento do setor privado em criação de centros de pesquisas.

### Mudança no padrão de financiamento

A partir da década de 1980, a crise econômica atinge o Brasil. Os valores da dívida

externa assumidos pelos governos militares deixavam o país em uma situação bastante complexa. A saída encontrada pelas frações burguesas brasileiras era a de assumir os planos neoliberais e reduzir o papel do Estado, no que se relaciona a políticas públicas e sociais. Assim, a reforma do Estado da década de 1990 previa a transformação das universidades públicas em organizações sociais. Graças à luta de docentes, técnicos e estudantes, a universidade resistiu, embora tenha passado por momentos tenebrosos de cortes de verbas, inclusive para a realização de pesquisas. Com a privatização das estatais, os seus centros de pesquisas ou foram extintos ou reduzidos, criando uma situação de penúria para a pesquisa no país.

### Fundos Setoriais

No fim da década, são criados os fundos setoriais como mecanismo de financiamento das pesquisas nas universidades. O fato de as pesquisas serem realizadas nas universidades – apesar de baseadas primeiro na heteronomia a partir do Estado governado pelos empresários e militares, e depois com a política de contenção na distribuição de recursos por conta da crise econômica (por meio de edi-



A pedagoga Simone Silva, em debate promovido pela Aduff no Gragoatá

Luiz Fernando Nabuco

tais que pré-determinavam a temática a ser pesquisada) – contribuía para a formação dos segmentos universitários envolvidos. E permitia, ainda que como resistência, que setores da comunidade científica garantissem a realização de pesquisa, cujos resultados poderiam beneficiar a sociedade. A mudança na política de financiamento, a partir dos fundos setoriais, cria um novo padrão, no qual empresas passam a fazer parte do financiamento, podendo assim determinar a demanda.

### Governos do PT

O século XXI aprofunda esse caminho. As políticas elaboradas durante os governos do PT aceleram a parceria público/privada. O Prouni e o Fies, no caso das graduações, embora viessem acompanhados da política de ampliação da universidade pública, denominada Reuni, foram responsáveis por um crescimento espetacular do setor privado no ensino superior, cujo principal exemplo é a Kroton, que nesse período se transformou na maior empresa de educação privada do mundo. A Lei de Inovação Tecnológica (2004), a Lei do Bem (2005), a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

- Embrapii (2011) e o Novo Marco de Ciência e Tecnologia (2016), além dos investimentos na expansão dos Parques Tecnológicos por todo o Brasil, foram políticas que seguiram e consolidaram este novo padrão.

### Capitalismo dependente

As frações burguesas localizadas no país nunca demonstraram interesse em desenvolvimento. Todo o desenvolvimento de ciência e tecnologia no país foi sustentado majoritariamente por dinheiro público e por servidores públicos. Apesar do estímulo e da renúncia fiscal ter crescido, isso não resultou em um investimento factível desses setores na construção de centros de pesquisas privados. Já prevendo esta situação, o governo brasileiro cria todas as demais políticas que permitem que as empresas adentrem os *campi* universitários para resolver de forma barata o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Estas políticas intencionam garantir que o Estado sustente também a pesquisa e o desenvolvimento [das empresas], com um importante agravante: que ela seja realizada dentro das universidades públicas, interferindo so-

bremaneira na destruição da função social da universidade.

### EC 95 e Governo Temer

A aprovação da EC 95 durante o Governo Temer, que prevê o corte de investimento público no país, agrava ainda mais a situação. Torna a universidade pública mais suscetível à presença de empresas como principal fonte de financiamento de pesquisa.

### Governo Bolsonaro

O cenário é sombrio. Diante do quadro de aproximação com as empresas ao qual as universidades públicas estão submetidas, agravado pelos cortes previstos com a EC 95, as perspectivas não são nada animadoras. Soma-se a isso um resultado eleitoral complexo, no qual a universidade, por sua característica fundamental de construção crítica, é vista com uma inimiga do governo eleito. Diante das catastróficas escolhas para a composição dos ministérios, a definição dos ministros de Ciência e Tecnologia e da Educação confirmam tanto o intuito de aprofundar a utilização da universidade pelo mercado e a aposta na destruição da função da universidade, quanto a irresponsabilidade de deixar a cargo de entes incapazes de tratar destes dois ministérios, mesmo em conformidade com políticas neoliberais.

### Resistência

Só haverá futuro se houver resistência. A comunidade universitária precisa ganhar a população para a sua defesa.

*Pedagoga e pesquisadora do tema, Simone Silva fala ao Jornal da Aduff sobre os caminhos e descaminhos da pesquisa e o impacto de políticas como o Novo Marco Tecnológico, que escancaram as portas das universidades para atuação do capital privado*

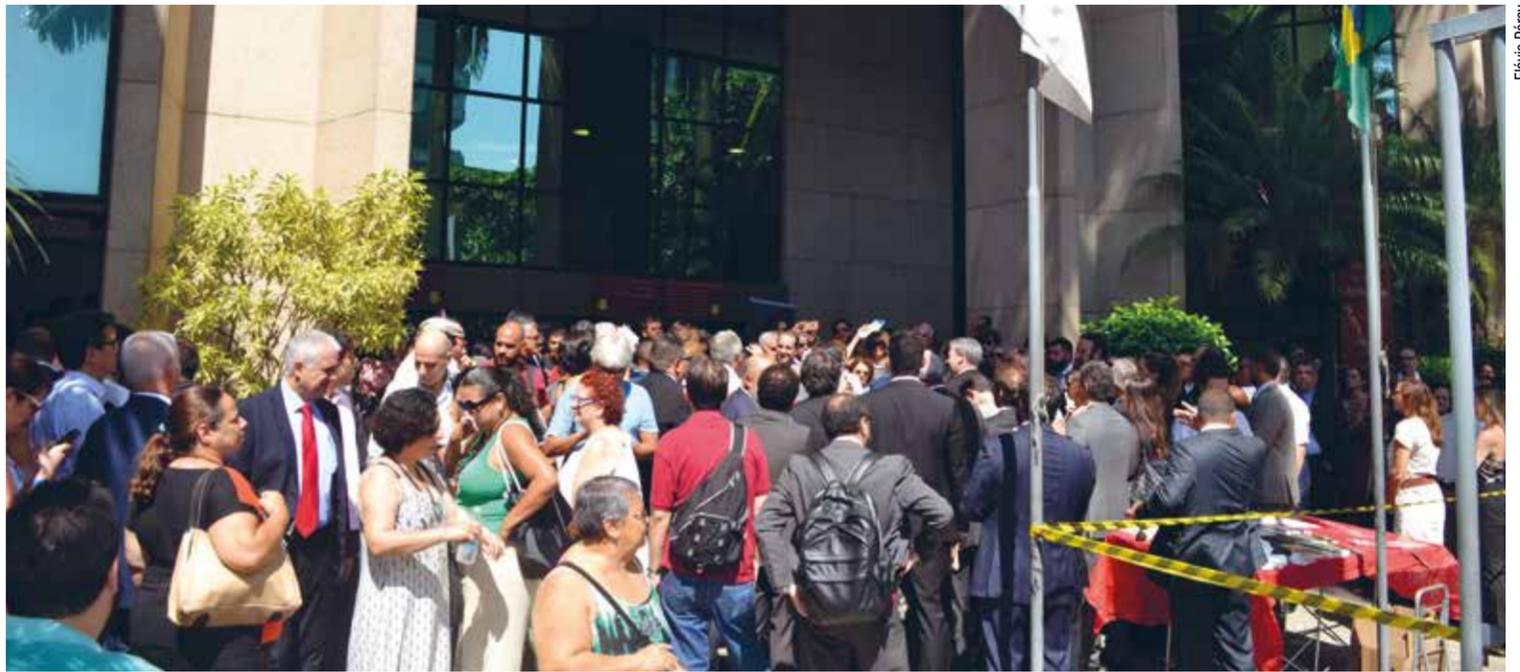
## Mobilização denuncia que ameaça à Justiça do Trabalho tem como alvo fim do direito trabalhista

Atos em 40 cidades contra extinção da Justiça do Trabalho reuniram mais de 8 mil pessoas e se constituíram no 1º protesto de rua nacional contra as políticas de Bolsonaro

Hélcio Lourenço Filho  
Da Redação da Aduff

**A**tentativa de extinguir a Justiça Trabalhista tem como objetivo o fim do direito do trabalho e das conquistas dos trabalhadores. A afirmação esteve presente na primeira manifestação de rua articulada nacionalmente contra uma proposta defendida pelo recém-empossado governo do presidente Jair Bolsonaro. Os atos aconteceram em frente aos fóruns trabalhistas em pelo menos 40 cidades do país, no dia 21 de janeiro. Em todos eles, as críticas foram duras em relação ao governo Bolsonaro, à reforma trabalhista e às ameaças que pairam sobre os direitos laborais, previdenciários e sociais. A campanha teve ainda outro protesto, na Câmara, em Brasília, no dia 5 de fevereiro.

As manifestações foram convocadas por entidades associativas de advogados, servidores, magistrados e procuradores, entre outras organizações, como reação à entrevista dada por Bolsonaro à tevê SBT, no terceiro dia de mandato. Ele critica os custos da manutenção da estrutura da Justiça do Trabalho e diz que “se houver clima” proporia o fim desse ramo do judiciário. O presidente também diz haver um excesso de pro-



Manifestação no dia 21 de janeiro em frente ao TRT na rua do Lavradio, no Centro do Rio

teções trabalhistas no país, o que levaria a milhões de ações judiciais. Sustenta ainda que o Brasil é o único país do mundo onde há uma justiça especializada para as relações laborais, ignorando o fato de que isso ocorre em uma série de outros países, como Alemanha, Reino Unido, Suécia, Austrália e França - como apontaram entidades de magistrados e procuradores após a declaração.

### 'Alvo são os direitos'

O servidor Henrique Sales, do Fórum Trabalhista da Barra Funda e diretor do sindicato da categoria em São Paulo (Sintrajud), ressaltou que o que está em jogo não é apenas a Justiça do Trabalho, mas o direito do trabalho e um projeto ultraliberal que busca favorecer o mercado. “Essa é a real intenção do governo na nossa opinião, é parte de uma proposta que, na verdade, não quer que a Justiça do Trabalho seja incorporada pela Justiça Federal, mas, sim, acabar com o

direito do trabalho”, afirmou. Henrique ajudou a organizar o ato no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, na capital paulista, o maior do país e onde ocorreu também a maior manifestação: cerca de três mil pessoas ocuparam a via em frente à sede do órgão. O ato foi convocado por 40 entidades, entre elas a CSP-Conlutas e outras centrais sindicais.

O servidor observa que a defesa da Justiça do Trabalho precisa ser assumida nacionalmente pelo movimento sindical e social. Também alerta para o que pode representar esse conjunto de ataques às conquistas dos trabalhadores. “Até onde vai essa reforma trabalhista? O que é essa carteira verde e amarelo?”, indaga, referindo-se à proposta do atual governo de criar uma carteira de trabalho paralela, desvinculada da legislação que regula as relações entre patrão e empregado no país.

Talvez seja justamente aí que se encontrem os reais mo-

tivos que levam o governo a tentar pautar o fim da Justiça Trabalhista. Pouco antes de tomar posse, Bolsonaro disse a deputados de partido aliado que a ideia a ser colocada em prática é fazer com que o emprego formal se aproxime cada vez mais da informalidade - isto é, sem os direitos que regem as relações trabalhistas no país e, provavelmente, o modelo a ser aplicado com a carteira ‘verde e amarela’. A declaração foi literal, sem tergiversações e está gravada: um deputado aliado filmou a reunião e a publicou em sua página no Facebook.

### 'Este é o momento'

O advogado Rosildo da Luz Bomfim ressaltou, durante a atividade no Rio de Janeiro, que essa mobilização precisa ganhar força e não pode se dispersar. Falando pelo Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes (Mati), fez críticas aos setores da magistratura que dizem que a movimentação é precipitada por não haver projeto formal

sobre o assunto. “Este não é o momento oportuno? Não era o momento oportuno e o Ministério do Trabalho foi extinto, não era o momento oportuno e foi feita a reforma trabalhista. Este é o momento oportuno, não depois que a Justiça do Trabalho for extinta”, afirmou, no ato realizado em frente ao tribunal trabalhista na Rua do Lavradio, no Centro do Rio, que reuniu cerca de 350 pessoas.

As críticas eram especialmente dirigidas à Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, que enviou comunicado aos tribunais regionais recomendando que juízes e estruturas da Justiça do Trabalho não fossem associados aos atos. A mensagem não surtiu, ao que parece, o efeito esperado e foi alvo de críticas nas manifestações, que ocorreram à revelia do TST e com participação também de magistrados. Novo capítulo dessa disputa se dará no dia 5 de fevereiro, desta vez com um ato nacional centralizado em Brasília.

## Estudos mostram que, em pouco mais de um ano, reforma trabalhista precariza e não cria empregos

O movimento contra a extinção da Justiça do Trabalho ganhou corpo em poucos dias e em um período de pouca movimentação no Judiciário. Como muitos discursos deixaram nítido nos atos, é quase indissociável da luta pela revogação da reforma trabalhista, campanha da qual a Aduff-SSind e o Andes-SN participam.

A reforma aprovada no contestado governo de Michel Temer completou um ano em novembro, sem entregar os empregos prometidos e com fortes indicadores de que a precariedade no trabalho aumentou: pelos dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o chamado trimestre móvel, encerrado em outubro passado, fechou com uma

taxa de 11,7% de desempregados (12,4 milhões de pessoas), queda de apenas 0,5 ponto percentual ou 3,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao mesmo tempo, no terceiro trimestre de 2018, 39,34 milhões de trabalhadores estavam na ilegalidade, três milhões a mais em relação ao mesmo período de 2017. “Quarenta por cento do total dos ocupados estão na ilegalidade. A reforma não conseguiu combater isso. Pelo contrário, os dados mostram o crescimento desta ilegalidade fortemente nesse período”, observa pesquisa desenvolvida pelos professores José Dari Krein, da Universidade de Campinas (Unicamp), e Roberto Veras, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). (HLF)

## NOTAS DA ADUFF

# Quanto vale uma vida?

Vista aérea da região atingida pelo rompimento da barragem Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, nos arredores de Belo Horizonte

Não há preço para a vida. Mas a iniciativa da Vale, de oferecer como doação inicial R\$ 100 mil a cada família que tenha vítimas fatais na tragédia de Brumadinho (MG), força uma comparação: a quantia representa cerca de 0,5% (meio por cento) do salário anual de um executivo da Vale em 2017 (R\$ 19.046.168,46), segundo dados da Comissão Mobiliária de Valores. Ou pouco mais de 6% do salário mensal (R\$ 1.587.180,71). O desastre já é considerado o segundo maior acidente trabalhista da história no mundo – e pode ser o maior. Em Belém do Pará, o 38º Congresso do Andes-SN aprovou moção de solidariedade à população atingida pela tragédia da Vale. E de repúdio e responsabilização da empresa e dos governos pelo que é classificado como um crime contra o meio ambiente e a humanidade.

## Mais educadores em Niterói

Niterói criou 1.195 cargos na educação pública municipal. Vagas foram criadas a partir de liminar concedida pela Justiça, por solicitação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe). A liminar proíbe a Prefeitura de realizar contratações temporárias para preenchimento de vagas na área da Educação e determinava que a administração nomeasse os concursados de 2016, cujo concurso foi homologado desde 2017. Com a medida, foram criadas 705 vagas para professor 1, 403 para professor de apoio especializado, 49 para merendeiras, 26 vagas para agente de coordenação de turno e 12 de auxiliar de portaria.

## Democracia e autonomia

O respeito à democracia e à autonomia nas universidades públicas foi debatido no 38º Congresso do Andes-Sindicato Nacional, que ocorreu em Belém (PA). Os delegados e observadores presentes reafirmaram que essas são duas conquistas que unem professoras e professores das universidades públicas do país. Vai ter resistência.

## 20 anos atrás...

Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso não acatou a eleição do professor Aloísio Teixeira (1944 – 2012) para UFRJ e enfrentou dor de cabeça das grandes. O reitor escolhido pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, mas não eleito, José Henrique Vilhena, manteve-se no cargo, mas o desgaste do governo foi grande e ele saiu pelas portas dos fundos na história da universidade.

## O ministro

Repercutiu muito mal a entrevista à "Veja" do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, dizendo que o brasileiro quando viaja rouba até salva-vidas de avião e que a escola precisa ensiná-lo a ter boas maneiras. Já ao atacar o Andes-SN e os reitores, ou disse o que não pensa ou demonstrou desconhecer a realidade das universidades federais no país.



## Criminalização de professores

Cinco professores e um pai de estudante tiveram que ir à 76ª Delegacia de Polícia, em dezembro, em Niterói, para prestar esclarecimento em inquérito policial sobre denúncia de crime de dano qualificado ao patrimônio público (Art.163, III, Código Penal). De acordo com nota assinada pela direção colegiada do Sepe, a denúncia da Prefeitura é falsa e busca atacar e criminalizar uma ocupação realizada por professores em greve, no dia 21 de maio de 2018, quando reivindicavam serem recebidos pelo então prefeito de Niterói, Rodrigo Neves - atualmente preso, acusado de desvio de verbas.

## É para quem?

Até agora, a provável frase de mais impacto do ministro da Educação, com relação a sua pasta, foi a de que a universidade não é para todos.

## Terceirizados sem salários

A Aduff solidariza-se com os trabalhadores terceirizados da UFF que, mais uma vez, vivem o drama e o desrespeito dos salários atrasados, que atinge o pessoal da Luso-Brasileira, Croll e da CTSA – esta última chegou a ficar três meses sem salário, só regularizado em parcelas após os trabalhadores cruzarem os braços. A Aduff apoia a mobilização destes trabalhadores e ressalta a necessidade de a Reitoria buscar assegurar a solução para o problema.

## Na Câmara

O ato nacional em defesa da Justiça do Trabalho e dos direitos sociais, no dia 5 de fevereiro, lotou o auditório Ne-reu Ramos, na Câmara dos Deputados, em Brasília. Convocado pela magistratura, por procuradores, advogados e servidores, foi a primeira manifestação expressiva na Câmara contra propostas do governo Bolsonaro.

## Fascistas I

Em vídeo divulgado em dezembro, pelo Facebook, homens encapuzados, autoidentificados como parte da 'família integralista brasileira', aparecem pisoteando e depois queimando a faixa da Frente Antifascista da UFF. O grupo seria o mesmo que gravou vídeo queimando a bandeira antifascista da Unirio – os dois fatos ocorreram no final de 2018.

## Fascistas II

No vídeo, o grupo diz que fez isso "como presente de Natal ao povo brasileiro (...) para expressar o nosso ódio ao espírito burguês e expiar simbolicamente o mal que circunda nossa pátria". Parte do "Pai Nosso" é rezado, em meio à fumaça da faixa. A faixa estava pendurada na entrada do *campus* do Gragoatá, em Niterói, desde outubro de 2018. A Aduff condenou o ato antidemocrático e reafirmou a defesa da frente antifascista na UFF

## Sem debate e na canetada, permissão para EaD na graduação presencial dobra e preocupa

Portaria ao final da gestão de Temer abre caminho para empresas de educação expandirem mercado e coloca em risco o futuro dos cursos presenciais

Aline Pereira  
Da Redação da Aduff

Apagar das luzes de 2018, o Ministério da Educação publicou no Diário Oficial da União a portaria 1.428, que permite que as Instituições de Ensino Superior (IES) ofertem até 40% dos cursos presenciais na modalidade de aulas a distância (EaD), exceto para os cursos da área da Saúde e de Engenharia.

A nova medida, publicada a três dias do fim do mandato de Michel Temer, agradou setores que comercializam a Educação no país, que elogiaram a possibilidade de flexibilização dos currículos. No entanto, para professores e pesquisadores da área, a portaria é preocupante. “As IES privadas já são responsáveis por 90,6% das matrículas em EaD hoje. Não foi à toa que a medida foi elogiada pelas mantenedoras de ensino privado”, explicou Raquel Dias Araújo, docente da Universidade Estadual do Ceará e dirigente do Andes-SN.

De acordo com ela, os professores que atuam nas redes particulares podem ser ainda mais prejudicados pela portaria 1.428/18, já que ela leva à precarização do trabalho. “Os docentes das IES particulares são, muitas vezes, contratados por hora-aula e, conseqüentemente, poderão ter salários rebaixados e, ao mesmo tempo, a jornada intensificada”, avalia.

Segundo Raquel, a qualidade do ensino ministrado também será afetada. “A troca de experiências e o diálogo entre docentes e alunos e entre estes se faz de forma mais concreta e dinâmica presencialmente”, afirmou Raquel. Além disso, como ela lembrou, seminários, palestras e pesquisas são importantes para a vivência de outras experiências nas IES.

A docente, que integra o Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN, sinaliza ainda que a medida está na contramão dos princípios defendidos pelo Sindicato Nacional, que propõe um caráter formador e crítico, presencial, para construir, na



Temer cumprimenta Bolsonaro na transição: medidas afinadas ao final de governo atingem a educação pública

interação com a pesquisa e a extensão, a “autonomia do pensar e do fazer no exercício profissional e na ação social”.

De acordo com Raquel, o Andes-SN

seguirá lutando pela extinção dessa modalidade na formação inicial da educação superior, bem como denunciando todas as práticas de precariedade do trabalho docente sofridas

pelos docentes na EaD (de infraestrutura física, de pessoal e/ou corpo técnico-administrativo e pedagógico), conforme resoluções do 37º Congresso (realizado em Salvador, 2018).

### Mudanças no Ensino Médio e na graduação deixam comércio da educação eufórico, diz diretora da Aduff

Para professora da UFF, desafios para conter esse avanço são enormes

Para a docente Adriana Penna, dirigente da Aduff, o governo pretende implantar, de uma vez só, as reformas que ameaçam todos os níveis e modalidades da educação pública. A fase atual, de acordo com a professora do Instituto de Educação Física em Niterói, instala as condições que faltavam para o que o novo presidente definiu em seu discurso como sendo “boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política”.

“No que diz respeito à educação, o atual presidente, em seu discurso de posse, não tergiversou ao revelar as principais intenções do governo. Trata-se da materialização das condições para a intensificação de um projeto que já, há algum tempo, vem sendo construído e implementado no Brasil”, avaliou. O objetivo, afirma, é a ampliação das benesses do capital, providenciando as condições necessárias à “concentração e centralização de seus lucros e de seu poder”.

Para que esse projeto se concre-

tize, de acordo com a docente, o governo Bolsonaro vai aprofundar uma política que já estava sendo colocada em prática pelas reformas de Michel Temer: esvaziar os direitos conquistados e as condições de sobrevivência dos trabalhadores, promovendo o desmonte dos serviços públicos como a educação, saúde, transporte e afins.

É nesse contexto que a portaria 1.428 deve ser pensada, já que ela não está descolada da Lei 13.415 (16 de fevereiro de 2017) – que estabelece o “Novo Ensino Médio” – e da aprovação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ensino Médio, o que só ocorreu no dia 8 de novembro de 2018. “O Novo Ensino Médio trouxe grande euforia a determinados setores, sobretudo pela possibilidade de incorporação da EaD. Estamos diante de uma política integrada de desmonte da educação pública, que será aprofundada pelo atual governo”, considera a pesquisadora.

Adriana Penna aponta que as novas DCNs do Ensino Médio criam

mais espaço para a incorporação da educação a distância (EaD), ficando aberta a possibilidade de expansão das escolas on-lines privadas, dedicadas ao EaD no ensino médio.

“Ao aprovar as novas DCNs, o CNE [Conselho Nacional de Educação] se enquadrò às imposições do mercado e sem uma discussão coletiva e aprofundada. Aprovou de afogadilho que 20% da carga horária do ensino médio seja feita a distância. Já para alunos do curso noturno, essa autorização chega a 30%, e para a EJA (Educação de Jovens e Adultos), ficou reservado o que parece inacreditável, ou seja, o texto das novas DCNs permite que 80% do currículo desta modalidade seja aplicado a distância”, explica.

Como indica a professora, o “Novo Ensino Médio” e a modalidade EaD se transformaram num grande filão do mercado da educação. “Essa é uma pequena amostra de que as batalhas que nos aguardam serão duras, mas que precisaremos estar prontos para os enfrentamentos”, analisa Adriana. (AP)

## Maioria rejeita propostas defendidas por Bolsonaro

Pesquisa mostra que maioria da população, mesmo com expectativas no novo governo, discorda das propostas de privatizações, redução de direitos dos trabalhadores e restrições ao debate nas escolas

Hélcio Lourenço Filho  
Da Redação da Aduff

A maioria dos brasileiros maiores de 16 anos rejeita as propostas centrais sustentadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro, como a eliminação de direitos trabalhistas, privatização de estatais, a redução de reservas ambientais e indígenas, a proibição de debates políticos e da educação sexual nas escolas e até mesmo a ampliação do acesso a armas de fogo.

Ao menos é o que demonstra a pesquisa de opinião realizada pelo instituto Datafolha em dezembro, pouco antes de o presidente eleito tomar posse. Os resultados da pesquisa foram comemorados pelos movimentos políticos, sindicais e sociais que contestam as propostas ultraliberais na economia e ultraconservadoras no comportamento defendidas pelo presidente.

A pesquisa aponta que 61% da população é contra as privatizações de estatais que o ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que fará. Já a redução de direitos trabalhistas, reiteradamente defendida por Bolsonaro, é rejeitada por 57% dos entrevistados.

Outro aspecto das políticas do governo que não teria apoio da maioria da população são as contidas no projeto 'Escola Sem Partido'. Tanto a discussão de assuntos políticos nas escolas (71%) quanto a educação sexual (54%) receberam apoio majoritário dos entrevistados.

O acesso facilitado às armas – objeto de recente decreto do governo – foi rejeitado por 68% (17% em parte e 51% totalmente) e apenas 30% concordaram (16% totalmente e 14% em parte). Outro assunto que ganhou relevância ainda na campanha eleitoral: 66% disseram discordar da frase 'O Brasil deve dar preferência ao governo dos EUA em relação aos outros países'; 29%

assinalaram que concordam com a frase.

A rotulação das reservas indígenas como fatores que retardam o desenvolvimento e devem ser restringidas também parece ser impopular entre os brasileiros. Diante da frase 'O governo deve reduzir as áreas destinadas às reservas', 60% disseram discordar, enquanto 37% concordam.

### Perguntas não feitas

Duas perguntas fundamentais e até óbvias – sobre a reforma da Previdência e a eventual cobrança de mensalidade na graduação nas universidades públicas – não teriam constado do rol de frases elencadas pela pesquisa do Datafolha. O instituto não esclareceu o motivo. Mas é razoável avaliar que se nos temas tratados os resultados foram hostis às políticas de Bolsonaro, provavelmente a rejeição seria muito maior nestes dois casos.

Contraditoriamente à discordância sobre as principais propostas, a pesquisa traz também um índice alto de expectativa com o governo – para 65%, ele deverá ser bom ou ótimo. O percentual é superior à parcela da população que elegeu Bolsonaro em outubro passado. Não é um percentual arrebatador – e está entre os menores em primeiro mandato desde a redemocratização. Mas indica que, mesmo discordando de boa parte das políticas defendidas por Bolsonaro, seja por desconhecimento ou outro motivo, a maioria se dispõe a dar um crédito inicial ao novo governo.

Transformar a rejeição às reformas e aos projetos neoliberais em ações de mobilização que pressionem o governo e o Congresso Nacional é o desafio das campanhas e movimentos que defendem os direitos trabalhistas e sociais e as liberdades democráticas.



O Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, do qual o Andes-SN participa, lançou campanha pela revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os orçamentos da União para os serviços públicos e para as políticas sociais. O Fonasefe se reúne no dia 17 de fevereiro, quando deve traçar um plano de mobilizações em defesa dos serviços públicos e contra a reforma da Previdência.

## Prioridade do governo, recomeça a batalha contra as ameaças à Previdência

Governo sinaliza que reforma de Bolsonaro tende ser pior que a de Temer

Pressionado pela cúpula das Forças Armadas, o governo do presidente Jair Bolsonaro afinou o discurso em torno da participação deste setor da sociedade na 'reforma' da Previdência: os militares vão ficar de fora e apenas numa suposta segunda fase seriam incluídos.

O discurso oficial deixou claro, pela primeira vez, o que já se previa: a cota de contribuição dos militares ao plano do governo no que tange à redução de direitos previdenciários será zero na reforma em pauta, que tende a aproveitar ao menos parte do que já tramita no Congresso Nacional por meio da Proposta de Emenda Constitucional 287/2017.

No espaço de algumas horas, tanto o presidente Jair Bolsonaro, em viagem a Davos (Suíça), quanto o seu vice, general Hamilton Mourão, que àquela altura exercia a Presidência interinamente, deram declarações nas quais confirmam que os milita-

res não entram na reforma que pretendem pautar em fevereiro.

A decisão contraria o que vinha propagando a equipe econômica do governo, liderada pelo superministro Paulo Guedes. Causa ainda mais constrangimento por partir de uma estrutura governamental montada com forte presença de militares, a maior desde o período mais duro da ditadura empresarial-militar.

Ao divulgar a meta de governo para os 100 primeiros dias, em 23 de janeiro, Onyx Lorenzoni, chefe da Casa Civil, não listou nenhum item que tratasse da questão previdenciária. Questionado por jornalistas, respondeu que o tema ainda estava em estudo pela equipe econômica e deverá ser anunciado e levado ao Legislativo após a recuperação do presidente Jair Bolsonaro da cirurgia a que foi submetido.

Para os setores contrários ao que classificam como uma contrarreforma, o objetivo do

governo é eliminar direitos e não reduzir um suposto déficit que, afirmam, não existe. Essa avaliação, aliás, em linhas gerais, conta com o apoio da imensa maioria da população, como demonstrado em sucessivas pesquisas de opinião sobre o tema.

Envolvido no escândalo em torno do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, e de seus assessores, o governo enfrenta um desgaste inesperado já nas primeiras semanas de gestão. Em meio a notícias negativas, é provável que Bolsonaro tente jogar ainda mais peso na aprovação da reforma da Previdência – pauta que agrada ao conjunto da mídia comercial, aos empresários e à maior parte das legendas que dominam a Câmara e o Senado, mas que desagrade à maioria da população, inclusive entre seu eleitorado. É nessa insatisfação que os movimentos contrários à reforma apostam para detê-la mais uma vez – êxito já alcançado em 2018. (HLF)